

**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS
DESPESAS EM INVESTIMENTO NO
MUNICÍPIO DE MARINGÁ (2010–2020)**

**FABRÍCIO DELLA PRIA BONETI
MARINA SILVA DA CUNHA**

Área 3 – Macroeconomia, Moeda e Finanças

RESUMO

Este presente trabalho tem o intuito de analisar a evolução das receitas arrecadadas pelo município de Maringá, busca-se entender as mudanças e as tendências acerca do tema, bem como entender a relação direta com os resultados obtidos através da análise da evolução das despesas, especialmente dos investimentos. A fonte de dados se constitui no Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro – Siconfi – e no Plano de Ação e Investimentos de Maringá (2015-2020). Verificou-se uma tendência de crescimento nos valores arrecadados ao longo de todo o período analisado. Acerca do Plano de Ação e Investimentos de Maringá, visualizou-se um certo distanciamento entre o valor previsto com o valor de fato investido. Entretanto, ao analisar a fundo o cálculo usado para a previsão, encontrou-se bastante assertividade no método de previsão.

Palavras-chave: Orçamento público, Maringá, Plano de Ação e Investimentos

Key-words: Public budget, Maringá, Plan of Action and Investments

Classificação JEL: H72

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 ampliou a relevância da esfera municipal na participação do Orçamento Público, em que cabe mais ao município, por meio de sua gestão, decidir de que maneira e que fim terão os recursos arrecadados (CUNHA, 2022). Por sua vez, nos anos mais recentes, o município de Maringá tem avançado cada vez mais na inclusão da população na elaboração do orçamento municipal, por meio do Orçamento Cidadão, um projeto do município para atribuir maior destaque às necessidades da sociedade. Através disso, tem-se ainda a carência de análise sobre a assertividade do planejamento já existente.

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é de analisar a evolução das receitas arrecadadas e os impactos na evolução das despesas em investimento, de maneira a visualizar se o município de Maringá está alocando seus investimentos de forma a atender à crescente demanda por serviços públicos. No estudo, são utilizados os dados do Sistema de Informações Contábeis do Setor Público Brasileiro – Siconfi, para o período de 2010 até 2020, e do Plano de Ação e Investimentos de Maringá (2015–2020).

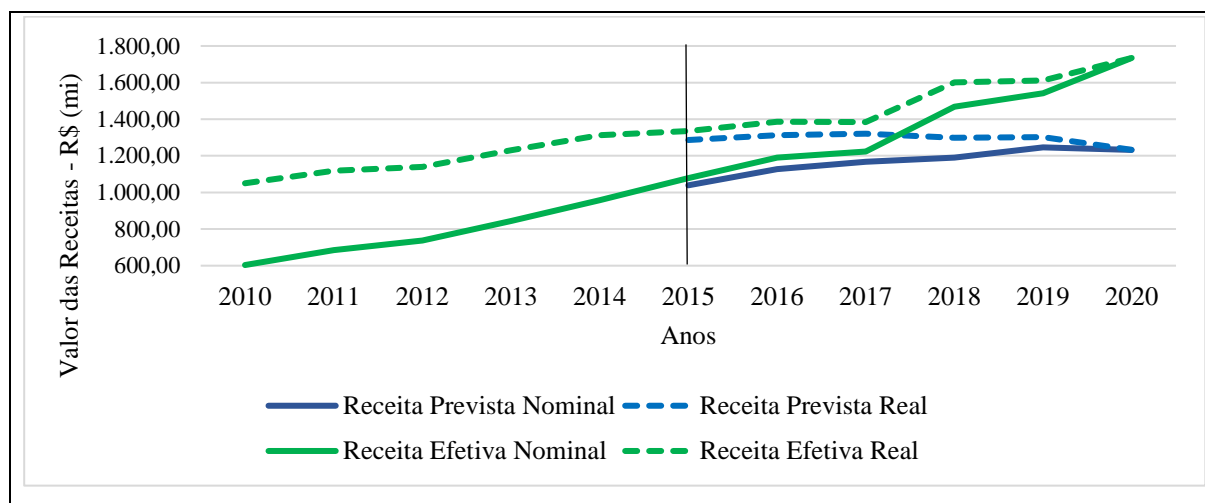
Além dessa introdução, este trabalho está dividido em mais três seções. A primeira seção é destinada à análise da evolução das receitas, destacando os valores previstos e efetivos. A segunda traz a evolução das despesas em investimento. Por fim, nas considerações finais, serão destacados os principais resultados da pesquisa.

2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Na Figura 1, pode-se observar a evolução das receitas arrecadadas no município de Maringá entre os anos de 2010 e 2020. Esses dados foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi – e do Plano de Ação e Investimentos – PAI – de Maringá, além de se utilizar também do índice IPCA para a deflação dos valores. O período foi subdividido em dois, de 2010 até 2014 e de 2015 até 2020, a fim de comparar os valores planejados no PAI e o valor de fato arrecadado. Verifica-se uma tendência de crescimento ao longo de todos os anos analisados, com saltos de crescimento maiores em 2018 e em 2020, chegando ao final do período com a receita arrecadada de aproximadamente R\$1.7 bilhões.

Por sua vez, as receitas podem ser classificadas de acordo com sua categoria econômica, como: tributária, patrimonial, de contribuições, de serviços, agropecuária, industrial ou outras – dentro das receitas correntes – e; operações de crédito, alienação de bens e transferência de convênios – dentro das receitas de capital (GIACOMONI, 2021).

Figura 1: Evolução das Receitas do município de Maringá entre 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Siconfi e do Plano de Ação e Investimentos de Maringá.

Com base nos dados retirados do Siconfi, foi possível observar que os valores para a receita agropecuária e para a receita industrial são nulos em todos os anos do período. Por outro lado, as receitas de contribuições sociais e as receitas advindas da alienação de bens não foram contabilizadas pelo PAI, na composição do cálculo das despesas em investimento. Portanto, esses valores também não foram levados em consideração para a análise.

Verifica-se que as partes que compõem as receitas correntes correspondem a mais de 90% do valor total das receitas. Entretanto, a composição percentual dos itens da receita corrente não se altera significativamente ao longo do período. Ademais, em 2020, o maior percentual é o das transferências correntes (51,7%), seguido pelo das receitas tributárias (33,2%).

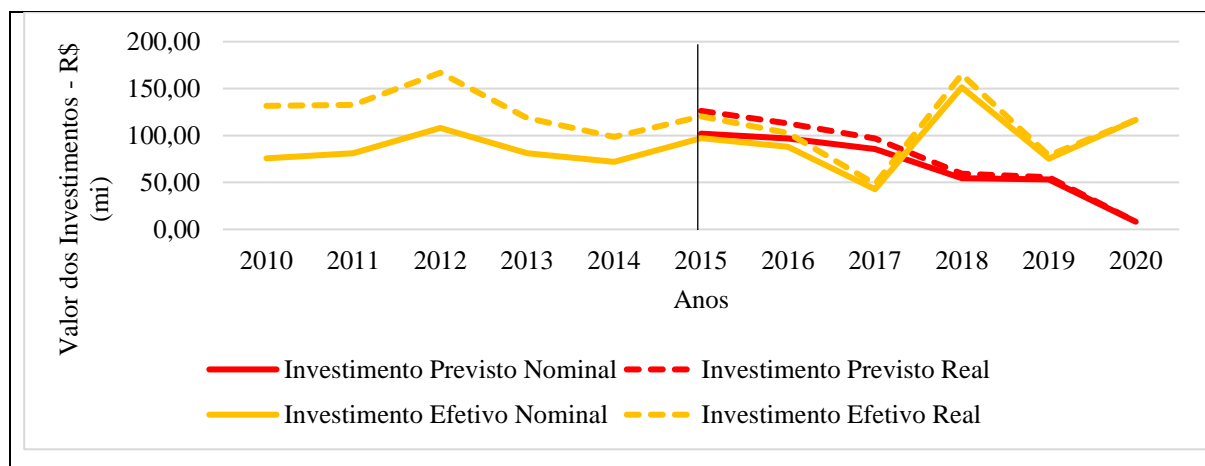
3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM INVESTIMENTO

Na Figura 2, pode-se observar a evolução das despesas em investimento no município de Maringá. Verifica-se que, diferente do observado nas receitas, não é mantido uma tendência de comportamento ao longo dos anos analisados, tendo anos de crescimento acentuado, porém também apresentando anos de quedas bruscas.

O maior valor despendido em investimento foi observado em 2018, totalizando aproximadamente R\$151,4 milhões. Já o menor valor gasto em investimento foi observado em 2017, sendo este cerca de R\$42,8 milhões. Ao final do período, em 2020, o valor observado foi de, aproximadamente, R\$116,8 milhões. Além disso, é bastante notável uma falta de

assertividade entre o valor planejado com o valor executado, que se ampliou com o passar dos anos.

Figura 2: Evolução dos Investimentos do município de Maringá entre 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Siconfi e do Plano de Ação e Investimentos de Maringá.

Além disso, o Plano de Ação e Investimentos traz nele uma fórmula de cálculo para os investimentos previstos, com base nos próprios valores das receitas previstos para o determinado ano. Na Tabela 1 é exposto o confronto entre o valor previsto originalmente, no Plano de Ação e Investimentos e os valores de fato investidos.

Tabela 1: Comparação entre Cálculo, Planejamento e Execução

Tipo/Ano	Planejado-PAI	Calculado	Liquidado
2015	R\$ 102.008.753,88	R\$ 43.019.834,53	R\$ 97.224.034,46
2016	R\$ 96.929.705,50	R\$ 60.784.862,40	R\$ 88.023.849,53
2017	R\$ 85.597.831,38	R\$ 38.897.105,78	R\$ 42.765.524,05
2018	R\$ 54.441.467,75	R\$ 159.147.063,55	R\$ 151.367.623,26
2019	R\$ 53.048.817,39	R\$ 89.567.802,13	R\$ 75.407.007,79
2020	R\$ 8.161.992,99	R\$ 147.143.392,27	R\$ 116.764.030,34

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Siconfi e do PAI de Maringá.

O cálculo do investimento previsto para o ano de 2015, por exemplo, é formado pela soma de 2% das receitas próprias (em que estão excluídas as receitas de contribuição sociais), 3% das transferências correntes e o valor total obtido por meio de operações de crédito e por meio de transferência de convênios. Já o valor Calculado foi estipulado no intuito de analisar a assertividade do cálculo de previsão de investimentos apresentado no PAI, utilizando os valores efetivos das receitas arrecadadas. Por fim, o valor Efetivo corresponde ao valor nominal investido no determinado ano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho teve como objetivo analisar a evolução das receitas e investimentos do município de Maringá, de 2010 até 2020. A receita arrecadada teve uma tendência positiva desde 2010, apresentando seus maiores saltos em 2018 e 2020. Ademias, observou-se que o percentual das receitas correntes, ao longo dos anos, varia pouco, abrindo margem para um protagonismo maior das receitas de capital em relação ao valor despendido em investimentos.

Diferente da receita, não se observou mudanças significativas no nível dos valores despendidos em investimento, passando por altos e baixos ao longo do período analisado. Em relação ao Plano de Ação e Investimentos, observou-se que os valores previstos não foram bastante assertivos com a sua execução. Entretanto, utilizando os valores arrecadados para o cálculo da previsão, notou-se uma assertividade maior, especialmente a partir do ano de 2017, sendo bastante impactado pela quantidade de receita de capital.

5 REFERÊNCIAS

CUNHA, M. S. Estrutura produtiva e nível de autonomia fiscal na Região Metropolitana de Maringá. In: FERREIRA, A. R. M.; TONELLA, C. (org). **Reforma Urbana e Direito à Cidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597027839. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027839/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS – ESTADO DO PARANÁ. **Consultas**. Documentação Municipal – Maringá – Consultar – Tipo de Documento: Plano de Ação e Investimentos - PAI do PDM – plano de ação e investimentos - adequação ano 2020 – I Termo de Alteração no Plano de Ações e Investimentos do Município de Maringá. Disponível em:

<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/187/2020/09/03/s4q0Zy742FOMfov814BeU2GyJdPQaVSUJNHvGbI6.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PORTAL TRANSPARÊNCIA – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ.

Execução (Despesa) – Por Projeto. Disponível em:

<http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portaltransparencia/despesa/projeto>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SICONFI. **Consultas** – Consultar Declarações – Siconfi – Esfera: Municipal – Estado: PR – Ente: Maringá – Poder: Executivo – Órgão: Prefeitura Municipal de Maringá - PR – Exercício: 2010 a 2020 – Balanço Anual (DCA). Disponível em:

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf. Acesso em: 03 abr. 2023.

O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS PANDÊMICO

Geovana de Souza Pifano

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Raquel Tiemi Oguido

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Yasmin Rissato Pichinini

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Marina Silva da Cunha

Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação e Ciências
Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Áreas Afins

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro após a pandemia Covid-19, a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. No segundo semestre de 2022, o mercado de trabalho brasileiro apresenta recuperação em relação ao mesmo período de 2019, anterior à pandemia. A PEA ocupada atinge 98 milhões de indivíduos no final de 2022 diante de 94 milhões no segundo semestre de 2019. O desemprego atinge um patamar inferior a 10% no segundo trimestre de 2022. Porém o rendimento médio é menor em relação a 2019, o que é preocupante diante do aumento do custo de vida, contribuindo para um menor nível de bem-estar social no país.

Palavras-chave: Oferta de trabalho, Emprego, Desemprego, Rendimentos.

Key-words: Supply labor, Employment, Unemployment, Income.

Classificação JEL: E24, J01, J08.

Projeto institucional vinculado (não obrigatório): Projeto de Extensão “Conjuntura Econômica Brasileira – divulgação de análises”.

1 INTRODUÇÃO

No cenário internacional, verifica-se uma retomada da economia e do mercado de trabalho, no ano de 2022 em relação ao ano anterior. Como o aumento da taxa de ocupação na Colômbia, de 57,8% para 61,6% representando 6,5% de crescimento, o que também é observado no Chile (5,9%) e na Itália (3,3%). Por sua vez, no Brasil, também se nota este mesmo comportamento, em que houve um aumento da População Economicamente Ativa (PEA) comparado ao mesmo período do ano anterior. No quarto trimestre, a força de trabalho representava 107,9 milhões, visto que no ano anterior era de 107,7 milhões.

Destaca-se que a PEA possui um comportamento pró-cíclico, isto é, acompanha o desempenho da atividade econômica. Desta forma, a variação do PIB foi de 1,9% no último trimestre, evidenciando a relação entre essas variáveis no cenário econômico. Ademais, mercado de trabalho tem um papel fundamental na alocação de indivíduos com base em suas habilidade e qualificações. É por meio do mercado de trabalho que as pessoas obtêm renda para suprir suas necessidades básicas.

Há também aspectos relacionados ao longo prazo, como a falta de proteção social, dificuldade de acesso à aposentadoria, serviços de saúde precários, falta de benefícios como a bolsa maternidade para mulheres, aumento da desigualdade, estratificação social e a perpetuação de preconceitos enraizados. Portanto, esses problemas não se restringem apenas ao curto prazo, mas têm consequências significativas em termos de bem-estar social e igualdade.

Ainda, o estudo do mercado do trabalho se faz importante uma vez que grande parte da população dedica seu tempo no trabalho, o qual desempenha um papel crucial em influenciar a nossa riqueza, o estilo de vida que desfrutamos, nossas relações sociais, destinos de férias, escolhas para nossos filhos e até mesmo as conexões interpessoais que desenvolvemos. Diante desse cenário, a economia do trabalho se dedica a analisar e compreender o funcionamento dos mercados de trabalho, de acordo com Borjas (2012).

O presente trabalho aborda o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período de 2019 até 2022, com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE. Para atender este objetivo, além desta introdução o estudo está dividido em mais três seções. A primeira aborda a oferta de trabalho, compreendendo a ocupação e a desocupação, a segunda sobre os rendimentos médios. Por fim, são destacados os principais resultados nas considerações finais.

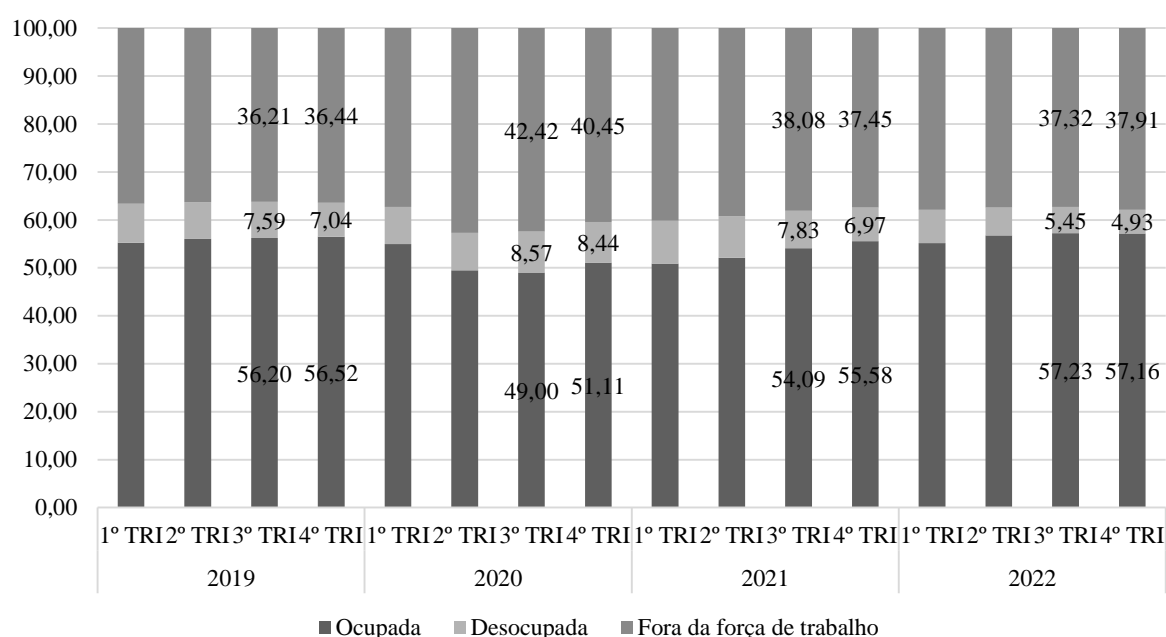
2 OFERTA DE TRABALHO: OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO

A oferta de trabalho, ou seja, a População Economicamente Ativa (PEA) faz parte da População em Idade Ativa (PIA), que inclui tanto aqueles que estão fora do mercado de

trabalho, como também os ocupados e desocupados, com idade de 14 anos ou mais, conforme a Figura 1, em que pode ser observada a sua composição.

Houve aumento de ocupados quarto trimestre de 2022, sendo aproximadamente 57,2% da população empregada, seguido disso, houve uma queda na parcela desempregada, alcançando 4,93% da PIA no último trimestre de 2022, representando 8,6 milhões, já no mesmo período de 2021 era de 6,97% da PIA, o qual representava 12 milhões. A população fora da força de trabalho representava 37,91% no quarto trimestre.

Figura 1 - Composição da População Em Idade Ativa, Brasil, 2019 até 2022



Fonte: Elaboração própria com dados da PNADC/IBGE

Verifica-se uma queda na taxa de desemprego no Brasil desde o início de 2021, o qual é calculado como a razão entre a população procurando um emprego e a soma daquelas empregadas e procurando emprego, a PEA. Em 2022, tivemos um movimento similar ao ano anterior, há inicialmente uma manutenção do nível do desemprego no primeiro trimestre, em 11,1% e, em seguida, há uma queda significativa nos três trimestres subsequentes, finalizando o ano com 7,9%, a menor taxa de desocupação desde o ano de 2014, segundo Ferrari (2023), uma das justificativas para uma taxa de desemprego tão baixa pode estar no fato de que o PIB (Produto Interno Bruto) de 2022 apresentou um crescimento de 2,9% em relação a 2021, conforme o IBGE (2023).

O desemprego entre as mulheres permaneceu elevado comparado aos homens no segundo semestre de 2022, com uma variação de 0,55% na taxa de desemprego feminina em contraste com uma redução de 0,65% para os homens. De fato, apesar dos avanços, o dilema

entre carreira e família tem se mantido no mercado de trabalho para as mulheres, perpetuando desvantagens em relação aos homens (Cunha, 2023). As pessoas pretas foram as mais afetadas pela desocupação, com uma variação de 9,6%, enquanto a taxa de desemprego entre os brancos registrou -4,8%. Em relação à faixa etária, os idosos, com mais de 60 anos, foram os mais afetados (13,21%), diferente da redução de 2,91% da faixa etária de 25 a 39 anos. Ademais, aqueles que não tem instrução tiveram um crescimento de 26,67% na desocupação, enquanto aqueles de ensino fundamental completo, obtiveram uma variação de -3,95%.

Há também a subutilização da força de trabalho, que corresponde aos ocupados com uma menor quantidade de horas do que gostaria, aos desocupados e à força de trabalho potencial, que inclui os desalentados e aqueles que buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis na semana de referência na pesquisa. Assim, apesar da desocupação atingir 7,9% no quarto trimestre de 2022, a subutilização foi igual à cerca de um quinto (22%) da oferta de trabalho ampliada, o que caracteriza uma parcela significativa do mercado de trabalho.

O número de pessoas desocupadas e o número de pessoas na força de trabalho potencial não desalentada apresentaram um peso maior na composição da subutilização em relação ao número de pessoas subocupadas por insuficiência de horas e as pessoas que estão no desalento. Observa-se também que as maiores variações ao longo do período analisado estão presentes nos primeiros grupos citados, notadamente no período da pandemia Covid-19, enquanto que os segundos permaneceram estáveis.

Destaca-se que em 2022, em relação aos anos de 2020 e 2021 aconteceu um aumento na população ocupada e uma queda na população desocupada e fora da força de trabalho. Neste sentido, há uma recuperação do mercado de trabalho, mesmo que de modo gradual, após a pandemia da Covid-19. Ainda, observa-se que esses números se assemelham aos do ano de 2019, anterior à pandemia.

Os dados mais recentes do cenário de mercado de trabalho brasileiro revelam um aumento no ritmo de recuperação do emprego, evidenciando um crescimento na quantidade de pessoas empregadas e os impactos favoráveis que isso traz na diminuição do desemprego, de acordo com o IPEA (2022).

3 RENDIMENTO MÉDIO NO BRASIL

O rendimento médio no Brasil no quarto trimestre de 2022 foi de R\$ 2778,00, um crescimento de 8,2% frente ao mesmo período de 2021. Todos os doze setores da economia apresentaram crescimento nesse período, destaque para o setor de agricultura, pecuária,

produção florestal, pesca e aquicultura, de construção e das atividades mal definidas, que obtiveram um aumento de mais de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Contudo, o rendimento médio do Brasil fechou o ano de 2022 abaixo dos níveis pré-pandemia, uma queda de 3,5% comparado com o ano de 2019. Segundo Lucia Garcia, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), houve grandes perdas nos rendimentos durante a pandemia, havendo uma queda na renda e no poder de barganha do trabalhador. Assim, há geração de empregos no país, mas em cargos que oferecem salários menores do que os já oferecidos no passado e pouca proteção ao trabalhador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2022, o mercado de trabalho no Brasil apresentou sinais de recuperação após um período desafiador devido à pandemia de COVID-19. Houve um cenário geral de crescimento no emprego, com aumentos significativos em diferentes grupos. No ano, houve recorde de população ocupada de 98,2 milhões, a taxa de desemprego em média foi de 9,3%, sendo que no ano anterior foi de 13,2%, e redução da população desalentada.

Os indicadores positivos sugerem que a economia brasileira está se recuperando e que a trajetória de retomada do mercado de trabalho está se consolidando. No entanto, o rendimento médio do brasileiro retornou abaixo dos níveis pré-pandemia, apontando uma tendência de menores salários e menor proteção ao trabalhador.

De modo geral, os dados refletem um cenário de crescimento no emprego ao longo do período analisado, com aumentos significativos em diferentes grupos demográficos. As variações percentuais mostram que, em alguns casos, o crescimento foi mais acentuado do que em outros. No entanto, é importante analisar esses dados em conjunto com outras informações econômicas e sociais para ter uma compreensão completa da conjuntura econômica.

5 REFERÊNCIAS

CUNHA, M. S. Trajetórias da mulher no mercado de trabalho. *Revista Economistas*. Ano XIV, n. 47, jan-mar, p. 24-29, 2023.

FERRARI, H.: *Brasil fecha 2022 com a menor taxa anual de desemprego em 8 anos*. Disponível em: <www.poder360.com.br/economia/brasil-fecha-2022-com-a-menor-taxa-anual-de-desemprego-em-8-anos/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

G1. *Renda média do brasileiro cresce no 4º trimestre, mas ainda fica abaixo dos níveis pré-pandemia*. Disponível em: <g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/28/renda-media-do-brasileiro-cresce-no-4o-trimestre-mas-fica-68percent-abaixo-do-pico.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

OS CANAIS DE TRANSMISSÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA PARA A DESIGUALDADE ECONÔMICA

BRUNO FRANÇA PEREIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ÁREA 3: Macroeconomia, Moeda e Finanças

RESUMO

Este estudo analisa o impacto da política monetária na desigualdade econômica, expandindo a investigação além dos efeitos tradicionalmente explorados da inflação. Ao considerar as interações complexas entre variáveis econômicas e sociais, identificam-se os canais pelos quais as políticas monetárias podem moldar a distribuição de renda e riqueza. Dessa forma, discute-se como as decisões dos bancos centrais podem impactar na desigualdade econômica.

Palavras-chave: Desigualdade Econômica, Política monetária, Canais de transmissão.

Key-words: Economic Inequality, Monetary Policy, Transmission Channels.

Classificação JEL: E40; E52; J31; D31

1. INTRODUÇÃO

A compreensão dos impactos da política monetária na desigualdade econômica torna-se cada vez mais relevante em um mundo globalizado e interconectado, onde as decisões dos bancos centrais têm repercussões significativas sobre a estabilidade econômica e o bem-estar das populações. A crescente importância desse tema reflete a necessidade de uma análise abrangente e atualizada sobre como as políticas monetárias podem moldar a distribuição de renda e riqueza nas sociedades contemporâneas. Esta relação entre atuação do banco central por meio de políticas monetárias na desigualdade de renda, por exemplo, tem ganhado destaque na discussão nas últimas décadas (COIBION et al., 2012; OECD, 2013; DOMANSKI; SCATIGNA; AUCLERT, 2019).

2. CANAIS DE TRANSMISSÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA PARA A DESIGUALDADE ECONÔMICA

Coibion et al. (2012) discutiram o impacto das ações de política monetária restritiva sobre a desigualdade considerando várias medidas econômicas, como ganhos salariais, renda total, consumo e gastos totais. Eles assumiram alguns canais potencialmente responsáveis pela transmissão da política monetária para os indicadores de desigualdade econômica. Esses seriam os canais da composição de renda, de heterogeneidade dos rendimentos, da segmentação financeira, da carteira e de distribuição de poupança. Na sequência são apresentados cada um deles.

2.1. CANAL DA COMPOSIÇÃO DE RENDA

O canal da composição de renda considera a heterogeneidade entre os domicílios em termos de suas principais fontes de renda. Se os choques expansionistas da política monetária aumentarem os lucros (renda do capital) mais do que os salários (renda do trabalho), aqueles que possuem propriedade de empresas (capital) direta, ou indiretamente por meio da posse de ações, seriam os maiores beneficiados. Essas pessoas geralmente têm maior riqueza, o que contribui para o aumento da desigualdade.

O canal da composição de renda analisa o impacto da política monetária em todas as fontes de renda dos agentes, como salários, juros, aluguéis, dividendos e lucros. A política monetária contracionista, nesse contexto, pode causar disparidades por meio da compensação monetária que os agentes de alta renda possuem devido ao seu acesso a ativos financeiros

durante uma expansão da taxa de juros, enquanto os agentes de menor renda têm que suportar o impacto integral em sua única fonte de renda, o salário.

2.2. CANAL DA HETEROGENEIDADE DOS RENDIMENTOS

No canal de “heterogeneidade dos rendimentos” assume-se que os rendimentos do trabalho são a principal fonte de renda para a maioria das famílias, mas mesmos esses ganhos variam de maneira diferente aos choques de políticas monetárias. Existem várias razões pelas quais isso pode acontecer. Por exemplo, se o desemprego afetar desproporcionalmente mais os grupos de baixa renda, ou se existirem diferentes níveis de rigidez salarial em diferentes faixas de renda. Além disso, as respostas da oferta de trabalho podem variar de acordo com as características específicas das famílias, como idade e número de filhos. Estudos mostram que os ganhos de trabalho das famílias de renda mais baixa são os mais afetados pelas flutuações do ciclo econômico (WEATHERFORD, 1978; BITLER; HOYNES, 2015).

O canal da heterogeneidade dos rendimentos está relacionado à capacidade de o agente de baixa e média renda manter seu rendimento (salário) em meio às variações nos ciclos econômicos. Analisando pelo exemplo de uma política contracionista, o aumento das taxas de juros pode impactar negativamente o mercado de trabalho, levando as empresas a adotarem uma postura mais cautelosa em relação a novas contratações, considerando o custo mais alto de capital para a expansão dos negócios. Como resultado, trabalhadores de baixa renda podem enfrentar maior dificuldade para conseguir empregos e elevar seus rendimentos, agravando a desigualdade de renda.

Esses resultados implicam efeitos para a desigualdade de renda, afetando principalmente grupos vulneráveis da população, como minorias e pessoas com menores habilidades ou níveis mais baixos de educação. Esses grupos, muitas vezes, têm maior dificuldade em encontrar empregos ou enfrentam barreiras estruturais no mercado de trabalho e tendem a ter menos habilidades e menos experiência no mercado de trabalho, tornando-os mais vulneráveis ao desemprego. Como resultado, a desigualdade econômica pode aumentar ainda mais, já que esse segmento da população enfrenta desafios adicionais para melhorar sua condição financeira e ter acesso a oportunidades de emprego de qualidade.

2.3. CANAL DA SEGMENTAÇÃO FINANCEIRA

O canal de segmentação financeira considera que alguns agentes estão mais conectados aos mercados financeiros e são afetados pelas mudanças na oferta monetária antes que os

demais. Quando a oferta monetária aumenta, a riqueza é redistribuída para esses agentes, que tendem a ter maior renda e consumo médio, conforme também indicaram Williamson (2009) e Ledoit (2009).

Por meio desse canal, uma política expansionista causará uma redução das taxas de juros, tornando o crédito mais acessível. Indivíduos com maior renda e/ou patrimônio são mais propensos a obter empréstimos e financiamentos para a aquisição de bens duráveis, imóveis ou investir em ativos financeiros, o que pode levar a um aumento no consumo de itens de maior valor. O aumento do consumo por parte dos indivíduos mais ligados ao setor financeiro pode impulsionar a economia e estimular a geração de empregos, mas nem todos os estratos sociais se beneficiam igualmente desse cenário. Aqueles com menor acesso a oportunidades financeiras podem enfrentar uma elevação nos preços de bens e serviços sem experimentar aumentos salariais proporcionais, agravando ainda mais as desigualdades de consumo. Portanto, os caminhos do acesso ao crédito e precificação de ativos são os principais indicadores que devem ser observados para analisar os impactos deste canal.

2.4. CANAL DA CARTEIRA

Conforme Coibion et al. (2012) por meio do canal da carteira haveria uma tendência de as famílias de baixa renda manterem uma proporção relativamente maior de moeda em comparação com as famílias de alta renda, conforme identificado em estudos como Erosa e Ventura (2002) ou Albanesi (2007). Assim, diante da adoção de medidas inflacionárias pelo banco central resultaria em uma transferência de recursos das famílias de baixa renda para as famílias de alta renda, contribuindo para um aumento na desigualdade de riqueza.

De forma similar ao da segmentação financeira, neste canal os principais fatores do impacto são os ativos financeiros. No entanto, aqui o foco está voltado para a desigualdade de riqueza, pois se refere à acumulação de capital financeiro. Assume-se que a redução da taxa de juros resultará na valorização dos ativos financeiros, como títulos prefixados através da marcação a mercado, e ações via estímulo ao investimento. Essa valorização beneficia principalmente aqueles que possuem mais ativos, sendo majoritariamente os indivíduos de maior renda, causando aumento direto na desigualdade.

2.5. CANAL DA DISTRIBUIÇÃO DA POUPANÇA

Coibion et al. (2012) destacaram um canal que pode ter um impacto reverso no grau de desigualdade, se olhado em de um ponto de vista de política monetária expansionista. Denominaram esse canal de o “canal de distribuição de poupança”, ou “canal de Fisher”. Segundo eles, a utilização de política monetária expansionista causaria uma queda na taxa de

juros de modo inesperado, o que beneficia os tomadores de empréstimo e prejudica poupadores (DOEPKE; SCHNEIDER, 2006). Assim, considerando que tomadores tendem a ter menor renda, o impacto dessa política há de causar redução da desigualdade de consumo. Obviamente, isso pressupõe um mercado de crédito desenvolvido no qual os demandantes não precisem apresentar garantias (riqueza) para conseguir o financiamento.

A dinâmica desse canal possui implicações significativas para a desigualdade econômica e opera de maneira contraposta aos canais já mencionados. Os tomadores de empréstimos, frequentemente representados por empresas e indivíduos com acesso limitado a recursos financeiros próprios, se beneficiam da política monetária expansionista, uma vez que os custos de financiamento diminuem. Tal efeito pode fomentar investimentos produtivos e o consumo de bens e serviços de maior valor, causando uma redução da desigualdade de consumo na sociedade. O choque da política monetária também acaba por impactar negativamente os poupadores, que geralmente são indivíduos com maior capacidade de acumulação de riqueza. Estes enfrentam uma redução em seus retornos financeiros em virtude da queda das taxas de juros.

Assim, essa dinâmica tem o potencial de influenciar a desigualdade por meio do modo como os tomadores de empréstimos podem aproveitar oportunidades para expandir seu consumo devido às taxas de financiamento mais baixas, enquanto os poupadores enfrentam uma redução em seus rendimentos financeiros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram aqui expostos potenciais canais de transmissão através dos quais a política monetária pode afetar a desigualdade econômica. Considerando fatores como composição de ativos, consumo e poupança, identifica-se como diferentes segmentos da população são afetados pelas decisões do banco central.

É crucial que pesquisas adicionais direcionem seu foco para a verificação da existência e impacto desses canais no Brasil. Isso envolve a coleta e análise de dados detalhados, bem como a adaptação de modelos teóricos existentes às especificidades da economia brasileira. Essa investigação adicional permitirá uma visão mais precisa e contextualizada dos efeitos da política monetária na distribuição de renda e riqueza no Brasil, informando melhor a formulação de políticas e a busca por uma economia mais equitativa.

4. REFERÊNCIAS

ALBANESI, S. Inflation and inequality. *Journal of Monetary Economics*, v. 54, n. 4, p. 1088–1114, maio 2007.

AUCLERT, A. Monetary Policy and the Redistribution Channel. **American Economic Review**, v. 109, n. 6, p. 2333–2367, jun. 2019.

BITLER, M.; HOYNES, H. Heterogeneity in the Impact of Economic Cycles and the Great Recession: Effects within and across the Income Distribution. **American Economic Review**, v. 105, n. 5, p. 154–160, maio 2015.

COIBION, O., GORODNICHENKO, Y., KUENG, L., SILVIA J., Innocent Bystanders? Política Monetária e Desigualdade nos EUA, **NBER Working Paper No. 18170**, junho de 2012.

DOMANSKI, D.; SCATIGNA, M.; ZABAI, A. Wealth Inequality and Monetary Policy. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2744862>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

LEDOIT, O. The Redistributive Effects of Monetary Policy. **SSRN Electronic Journal**, 2011.

OECD, 2013. Crisis squeezes income and puts pressure on inequality and poverty: New results from the OECD Income Distribution Database. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/soc/OECD2013-Inequality-and-Poverty-8p.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

VENTURA, G. J.; EROSA, A. On Inflation as a Regressive Consumption Tax. **SSRN Electronic Journal**, 2000.

WEATHERFORD, M. S. Economic Conditions and Electoral Outcomes: Class Differences in the Political Response to Recession. **American Journal of Political Science**, v. 22, n. 4, p. 917–938, 1978.

WILLIAMSON, S. D. Monetary policy and distribution. **Journal of Monetary Economics**, v. 55, n. 6, p. 1038–1053, set. 2008.

TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS PARA O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Raquel Tiemi Oguido

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Yasmin Rissato Pichinini

Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Marina Silva da Cunha

Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá

Áreas Afins

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução e evidências do trabalho análogo à escravidão no Brasil. São utilizadas informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho e do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil. Verifica-se expressiva redução, de 2007 até 2017, tanto no número de vítimas quanto de pessoas resgatadas. Porém, a partir de 2017 os registros têm aumentado. Quanto ao perfil dos trabalhadores vitimados há predominância de homens, jovens, pardos, menos qualificados e em atividades da agropecuária.

Palavras-chave: trabalho análogo ao escravo, mercado de trabalho, trabalho decente, Brasil.

Key-words: labour analogous to slavery, labour Market, decent work, Brazil.

Classificação JEL: J01, J21.

Projeto institucional vinculado (não obrigatório):

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2021, 49,6 milhões de pessoas viviam em situação de escravidão moderna, mais especificamente 28 milhões realizavam trabalho forçado e 22 milhões estavam presas em casamentos forçados. Das vítimas do trabalho análogo à escravidão, 62,68% eram exploradas pelo setor privado, 22,83% eram de exploração sexual comercial forçada e 14,13% era trabalho imposto pelo Estado. Ademais, 3,31 milhões são crianças, representando 12% do total das vítimas do trabalho forçado. Conforme a OIT, o trabalho forçado, como definido na Convenção sobre o Trabalho Forçado da OIT, 1930 (nº 29), é “todo trabalho ou serviço que é exigido de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade e para o qual essa pessoa não se voluntaria” (OIT, 2023).

O Brasil se comprometeu a erradicar todo tipo de trabalho forçado por meio da assinatura da convenção de 1930 (nº29), como previsto no Código Penal, no Artigo 149. Essa legislação engloba a submissão a trabalhos forçados e jornadas exaustivas; restrição, por qualquer meio, da locomoção em razão de dívida contraída; e sujeição dos trabalhadores às condições degradantes de trabalho. Este último aspecto da condição atual que escraviza se encontra intimamente ligado à efetivação do próprio Estado democrático de direito (Silva; Costa, 2022).

Ademais, apesar dos avanços, a proteção social do trabalho ainda se constitui como um desafio em várias localidades do mundo. Segundo dados da OIT, apenas 47% da população mundial está efetivamente coberta por, ao menos um benefício de proteção social. No entanto, 53% de trabalhadores, representando 4,1 bilhões de indivíduos, não são protegidos por qualquer segurança de renda do seu país.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as evidências de trabalho análogo à escravidão no Brasil, de 2002 até 2022. São utilizadas as informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil.

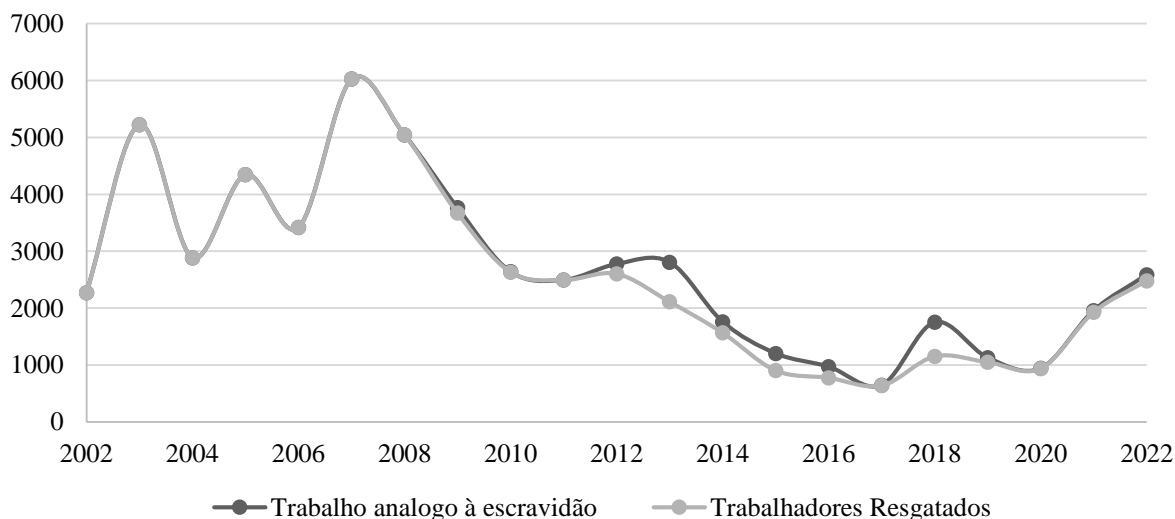
Para tanto, este trabalho está dividido, além desta introdução, em três seções. A primeira abordando a base conceitual, a segunda sobre a evolução do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Por fim, as considerações destacando os principais resultados.

2 EVOLUÇÃO E PERFIL DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A partir dos dados da SIT, de 2002 a 2022 foram resgatados mais de 51 mil trabalhadores em condições análogas à escravidão. No Brasil, conforme a Figura 1, o ano de 2007 registrou o maior número de trabalhadores resgatados, 6025, e em 2017 o menor número de vítimas, 404. Contudo, esse ano correspondeu ao menor número de fiscalizações realizadas pelo Ministério

do Trabalho. No ano de 2022 foram registrados 2587 trabalhos análogo à escravidão, mas apenas 2481 foram resgatados, representando um aumento de 32% de trabalho forçado comparado a 2021 e de 128% em relação a 2019.

Figura 1 – Evolução do trabalho análogo à escravidão, Brasil, 1995 – 2022



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir da SIT (2023).

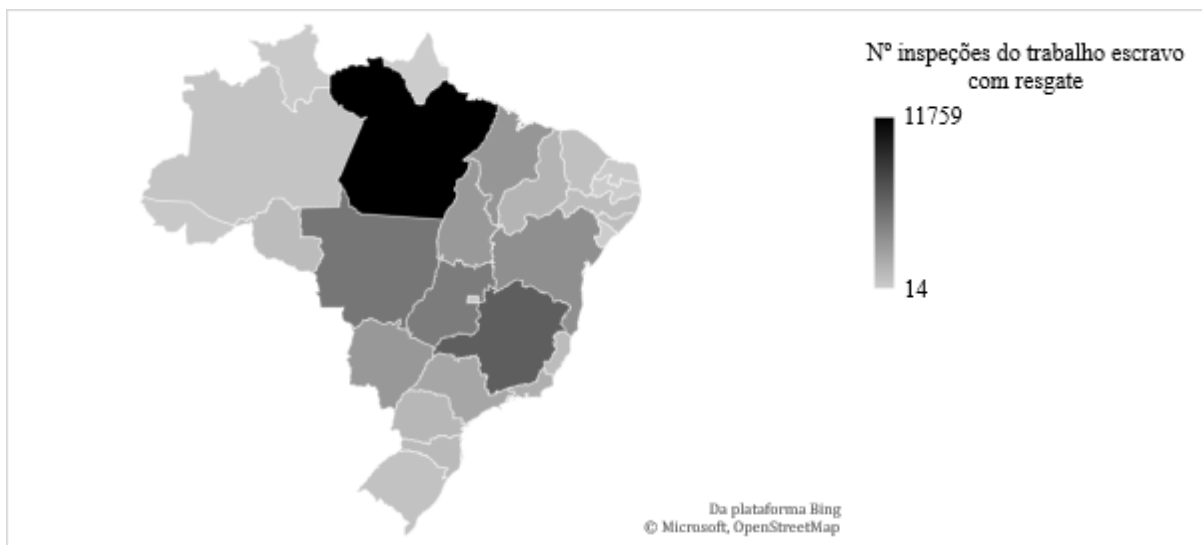
Na Figura 2 pode ser observado o total de vítimas que foram resgatadas desde 2002 até 2022, de cada unidade federativa. Sendo assim, o Pará foi o estado com mais vítimas, 11759 (22,77%), e Sergipe com menos vítimas, um registro de 14 (0,03%) trabalhadores resgatados. No último ano, o estado que apresentou mais trabalhadores resgatados foi Minas Gerais, 1012. Além disso, Minas Gerais foi o estado que teve mais vítimas resgatados do trabalho forçado no ano de 2013. A Paraíba representou o menor número de casos, 3.

A partir das informações do Observatório ainda é possível traçar um perfil das pessoas resgatadas no Brasil (Observatório, 2023). No período analisado esses dados apontam que 93,02% são homens e 6,98% são mulheres. De acordo com a faixa etária, para ambos os sexos, a faixa etária de 18 até 24 anos é a predominante, sendo de 27,21% para os homens e de 22,74% para as mulheres. Em seguida, na faixa etária de 24 até 29 anos, o primeiro grupo foi de 18,54% e no segundo de 14,71%. De acordo com a cor ou raça, o mais representativo foi a cor parda (50,02%), a branca (21,48%) enquanto a indígena foi a menos recorrente (3,28%).

Em relação à escolaridade, a maioria das vítimas tinham até o 5º ano incompleto (34,35%), depois os analfabetos (27,55%) e do 6º ao 9º ano incompleto (15,25%). Por fim, os

setores econômicos que apresentaram mais vítimas foram: o setor de criação de boi (27,03%), o cultivo de cana-de-açúcar (14,81%) e a produção florestal (7,79%).

Figura 2 – Inspeções de trabalho escravo com resgate, Brasil, 2002 -2022



Fonte: Dados da pesquisa obtidos a partir da SIT (2023).

Porém, no último ano o perfil não se altera expressivamente, os homens continuam mais predominantes (91,85%), a faixa etária mais frequente é de 18 a 24 anos, tanto para homens (23,14%) e quanto para mulheres (23,83%). A cor ou raça é representada por 66,03% pelos pardos e de 17,15% pelos pretos. A escolaridade mais frequente é no nível do 5º ano incompleto (22,86%), depois do 6º ao 9º ano incompleto (19,81%). Por fim, os setores mais recorrentes foram cultivo de cana-de-açúcar (14,87%), atividades de apoio à agricultura (11,02%) e cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente (10,75%).

Destaca-se que o 8º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Especificamente, a 8.7ª meta é: “Estabelecer medidas para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, (...)”. A partir desses resultados, pode-se dizer que o Brasil ainda possui importantes desafios para atingir os objetivos estabelecidos na Agenda 2030.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a evolução dos registros de trabalho análogo ao escravo no Brasil a partir do início século XXI. São consideradas informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil.

Em geral, verifica-se queda desde meados da década de 2000 até meados da década de 2010, tanto no número de vítimas quanto de resgatados. Contudo, os números voltam a subir em 2018 e após o início da pandemia. Destaca-se que ao se comparar 2002 com 2022, há aumento no número de vítimas. Em termos regionais o Pará foi o estado com o maior número de resgatados, de modo geral a maioria das ocorrências e resgates se deram em propriedades agropecuárias o que remete às raízes políticas e históricas. Quanto ao perfil dos indivíduos ligados ao trabalho forçado foram predominantes homens, pardos, os jovens e aqueles com menor nível de instrução, tornando-os mais vulneráveis a recorrência ao trabalho análogo.

Diante do exposto, faz-se importante repensar as políticas de combate ao trabalho análogo à escravidão e quais formas a sociedade têm de enfrentar esse problema e defender as conquistas dos direitos dos trabalhadores e da abolição da escravidão. Nesse contexto, o respeito à dignidade humana deve ser garantido, para que esses indivíduos tenham assegurado seus direitos, bem como para cumprir a oitava meta da ODS, crescimento econômico e trabalho decente.

4 REFERÊNCIAS

OPERAÇÕES DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. *SMARTLAB*. Disponível em: smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=garantiaDireitos. Acesso em: 18 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. *Mais de 4 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a qualquer tipo de proteção social*. Disponível em: www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_818358/lang-pt/index.htm#:~:text=Atualmente%2C%20apenas%2047%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,sistema%20nacional%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20social. Acesso em: 15 ago. 2023.

RADAR SIT. *Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil*. Disponível em: sit.trabalho.gov.br/radar/. Acesso em: 15 ago. 2023.

SILVA, M. A.; COSTA, L. S. S. Trabalho análogo ao de escravo: disputa do conceito e políticas públicas de enfrentamento no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, (61). 2022. <https://doi.org/10.38116/ppp61art7>